

Novas tecnologias e práticas socioculturais: apropriações do ciberespaço e da mobilidade¹

Liráucio Girardi Júnior²

Faculdade Casper Líbero

USCS – Universidade Municipal de S. Caetano do Sul.

Resumo

Este trabalho procura desenvolver o que considera algumas questões-chave para pensarmos nossa relação com o ciberespaço e os tipos de problemas que podem ser enfrentados a partir de certas posições “infocêntricas” sobre a sociedade em rede e as novas tecnologias de informação e comunicação. Retoma-se, aqui, algumas reflexões fundamentais de Raymond Williams sobre o processo de “domesticação” da televisão e procura-se pensar como novas modalidades de apropriação social podem ser criadas a partir das novas tecnologias e das condições de mobilidade.

Palavras-chave

Mobilidade; ciberespaço; esfera pública interconectada; trocas simbólicas.

Este artigo desenvolve algumas questões desenvolvidas junto ao Núcleo de Pesquisa em *Teorias da Comunicação* da Intercom e do Grupo de Pesquisa em *Comunicação, Tecnologia e Cultura de Rede* da Faculdade Casper Líbero em busca de interlocução com os pesquisadores da ABCiber: será que ao analisarmos as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e o anúncio de uma nova ordem sócio-técnica que carregam, não estaríamos caindo nos mesmos erros de antigos modelos “mediacentristas” ou em orientações demasiadamente “infocêntricas” para a compreensão do seu significado no mundo contemporâneo? Será que o “novo”, anunciado por essas transformações, indica a superação de algumas questões fundamentais e clássicas sobre a comunicação, que foram arduamente construídas em longos conflitos no interior do campo sociológico e do campo da comunicação?

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático “Entretenimento, práticas socioculturais e subjetividade”, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1991), Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2004). É professor da Faculdade Casper Líbero e da USCS - Universidade Municipal de S. Caetano do Sul. Participa do Grupo de pesquisa em “Comunicação, Tecnologia e Cultura de Rede” da Faculdade Casper Líbero. E-mail: lira.sociologia@gmail.com

Benkler (2006) é muito sensato ao afirmar que não está aderindo a um novo tipo de milenarismo ou a uma ambiciosa avaliação da capacidade humana para a colaboração e a dádiva, mas que as novas tecnologias de informação e comunicação estão sendo construídas mediante projetos e práticas, negociações e lutas entre diversos agentes sociais e instituições (Castells, 2003). Trata-se um novo modo de construção social dos sentidos e das práticas sociais diferente do modo construído a partir de “meios de comunicação de massa”. O que seria interessante observar, então, não é a condenação simplista das “velhas tecnologias de comunicação”, reduzidos à sua condição de meios monológicos de produção, circulação e consumo de informação, mas o modo pelo qual encontram seu lugar na vida social moderna.

Nesse sentido, voltamos a questões clássicas levantadas por Raymond Williams (1994), em meados dos anos 1970, ao pensar a tecnologia a partir de sua “forma cultural”, a partir das condições em meio às quais se integra a modos de vida particulares do mundo ocidental moderno. Este autor, que é um dos fundadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, em Birmingham, nos chama a atenção para o fato de que a televisão e os jornais encontram seu lugar em um mundo capitalista marcado pela privatização dos espaços de trocas simbólicas centradas na casa. As transformações possibilitadas pela produção industrial - no mundo organizado sob a lógica capitalista - integram-se a um conjunto de transformações sociais nos modos de organização espacial e temporal das trocas cotidianas, nas formas sociais de produção, circulação e consumo de bens materiais e simbólicos. Uma dessas mudanças pode ser identificada na relação entre o “mercado” e a configuração, cada vez mais clara, de um “lar privatizado”. A casa passa a ser a “medida” daqueles meios tecnológicos (monológicos) de informação e comunicação, um lugar do qual dependem para sua existência, um espaço a ser conquistado pelos produtores de bens simbólicos que neles atuam (Girardi Jr., 2007).

A domesticação das tecnologias e o lar privatizado

Para que este lar privatizado pudesse adequar-se à nova ordem da comunicação da vida moderna, um conjunto de tecnologias “públicas” (ou exploradas como se fossem públicas) de infra-estrutura precisou ser desenvolvida e viabilizada economicamente – iluminação pública, redes de ferrovias, padronização de sistemas de trocas etc. Essa dinâmica social de construção de um novo ambiente de trocas sociais (simbólicas) produz o que Williams chamou de “privatização móvel”:

Socialmente, este complexo [desenvolvimento] é caracterizado por duas tendências do modo de vida industrial urbano, aparentemente paradoxais, e, ao mesmo tempo, intrinsecamente conectadas: de um lado mobilidade; de outro, um lar, aparentemente, cada vez mais auto-suficiente. O período inicial da tecnologia pública, melhor exemplificada pelas estradas de ferro e pela iluminação pública, estava sendo reorientada para um novo tipo de tecnologia para a qual não se havia encontrado ainda nenhum nome satisfatório, uma tecnologia capaz de servir a um modo de vida ao mesmo tempo móvel e centrado no lar: uma forma de privatização móvel” (Williams, 1979 p. 26)

Diversos pesquisadores dão continuidade às hipóteses de Williams e procuram entender como se dá o complexo processo de “domesticação” das tecnologias de *broadcasting* e os mais variados tipos de problemas enfrentados pelos produtores de bens culturais para entender e conquistar o controle sobre esse novo tipo de experiência (Morley & Silverstone, 1990, 1992; Mackay, 1997).

Silverstone (2002) procura entender como a TV encontrou um lugar no ambiente doméstico, integrando-se e reconfigurando-o com sua familiaridade e cotidianidade. Esse ambiente integra-se a um ritmo de vida, é um lugar opressivo e seguro; de memória e desejo; um lugar de fronteiras a defender, do qual se seus membros querem se ver livres e, por algum motivo, retornar; uma relação entre as experiências que ocorrem em seu interior e o que se revela em seu exterior, entre tudo aquilo que ocorre fora dele e que não pode entrar senão por meio da televisão e do rádio. Para Silverstone, o *broadcasting* produz uma condição de recepção, um ambiente de recepção muito particular que se constrói nessa relação entre o interior e o exterior da vida doméstica. Poderíamos explorar aqui as metáforas utilizadas por Simmel, como as de *porta* e a *ponte* (assim como a da *janela*), para pensar essa relação (Lemos, 2004). Deste modo:

As noções de *ponte* e *porta* são, no fundo, duas metáforas que Simmel utiliza para caracterizar as relações de socição moderna e revelar formas de ligação e relações sociais. Para o autor, unir e separar não são dois momentos; são, sim, um mesmo processo de ligação social, o qual nem sempre se apresenta harmonioso; são formas de vida social que oscilam entre a alienação e emancipação/singularidade, próprias da cotidianidade social e ontológica do mundo moderno; revelam o mundo para além de si e do *seu/nosso*, com pluralidades de sentidos, identidades abertas e anônimas, familiares e estranhas, o ‘dentro’ e o ‘fora’, presença e ausência, o cotidiano e o extracotidiano, o micro e o macro. (Tedesco, 2006 p. 143)

No novo ambiente que lentamente se configura no espaço doméstico, os meios eletrônicos de comunicação fazem parte da experiência que nos remete tanto às metáforas da ponte, quanto da porta ou da janela. O lugar da casa, no qual os familiares se preparam, diariamente, para ver as novidades trazidas por essa “soleira eletrônica”, marca uma

experiência, um tipo de jogo muito particular, que se integrava, de algum modo, ao mundo doméstico e passava a dar novo significado à demarcação dos espaços internos e externos, visíveis e secretos, privados e públicos.

Os novos ambientes de fruição modernos dependeram de novos modos de produção simbólica que não ocorreram por causa dos livros, jornais, rádio e televisão, mas da “cultura” que se construiu ao redor deles e com eles.

Duguid & Brown (2001) destacam o processo de “domesticação” da tecnologia, observando que a pobreza de muitas análises sobre os “impactos” (o termo já diz muita coisa) das novas tecnologias está na sua incapacidade de pensá-las como ambientes e contextos de interação. Essa domesticação, à qual se referem os autores, indica a necessidade de produção de um “significado social” para a tecnologia.

O lugar da mobilidade

A presença cada vez maior de tecnologias sencientes e pervasivas e centradas na mobilidade (Rheingold, 2002; Lemos, 2004) mostra que estamos diante da construção de novos modos de vida. Trata-se de uma dinâmica cultural ambientada a partir da apropriação e desenvolvimento de novos tipos de mediações nas quais estão em jogo diversos tipos de interesse. Um dos modos de percepção desse processo está presente na própria modificação no campo semântico a partir do qual passamos a entender as trocas simbólicas contemporâneas. Elas deslocam-se dos modos de “difusão”, “recepção” ou, em alguns casos, de “fruição” dos bens culturais de “massa” - centrados na experiência doméstica - para a lógica das redes, dos interagentes, da conexão, da mobilidade etc. Isso não deixou de ser percebido na sociologia. John Urry (2000) - no mesmo período em que Castells (1999) introduz a noção de espaço de fluxos da sociedade em rede - propõe o desenvolvimento de uma “Mobile Sociology”.

Essas novas formações sociais dinâmicas levam alguns autores a sugerir que os estudos sociológicos na área da comunicação devem estar atentos para o desenvolvimento de novas categorias de análise e compreensão do mundo social. Estaríamos saindo de um regime de interações sociais centradas em instituições marcadas por certas categorias discretas (raça, gênero, idade, classe social etc), condicionadas por certas experiências espaço-temporais, que permitem a construção de um “espaço de lugares”, para um tipo de formação social construída sobre um espaço de fluxos (Castells, 1999).

Essas reflexões reorientam, consideravelmente, o sentido histórico das categorias de “localização” dos agentes sociais no mundo moderno, do significado da experiência doméstica como *locus* da experiência mediada e das práticas culturais associadas a elas. De certo modo, poderíamos destacar que no mundo contemporâneo seria necessário identificar um novo e complexo processo genealógico de produção de novos dispositivos sócio-históricos centrados na conectividade, na mobilidade e no controle (Deleuze, 1992). Esses dispositivos são redes de discursos, instituições, formas “arquitetônicas”, regulamentos, protocolos, proposições filosóficas e morais que permitem que se produza um jogo de objetivação/subjetivação, visibilidade, nomeação, linhas de ruptura, ou seja, um regime de saberes construídos a partir de determinada “urgência” histórica à qual pretendem responder. Portanto, o dispositivo:

(...) está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.” (Foucault, 1988b pp. 245-246)

Nesse sentido, é preciso compreender não apenas o que está em jogo nessa nova dinâmica cultural - que é parte integrante desses novos dispositivos sócio-técnicos - como lutar para que determinados modos de construção de ambientes de trocas simbólicas sejam pensados e experimentados (Benkler, 2006, Galloway & Thacker, 2007). As tecnologias sencientes e pervasivas, de algum modo, encontram seu lugar ou indicam possibilidades de produção de experiências sociais que pressupõem uma redefinição das relações reterritorializadas de autoridade, de condições de visibilidade (publicização) e de controle de bens e práticas culturais mediadas tecnologicamente.

Redes sociais e redes biológicas

Diversas metáforas têm sido utilizadas para dar conta dessa nova forma cultural possibilitada pelas TIC's. Aparentemente, não há nada de errado nisso, uma vez que essas apropriações tem sido uma prática constante no campo da comunicação e das ciências sociais. No momento, as áreas de biotecnologia, da ciência da computação e da neurociência tem sido uma das maiores fontes dessas apropriação. Segundo Gallaway (2007), a noção de rede, por exemplo, começa a ser configurada com uma aproximação entre a área de biotecnologia e os estudos de Wiener sobre cibernética, a partir dos anos 50, na qual se passou a falar dos genes,

das proteínas e das células a partir de termos como “informação” e “códigos”. Os enormes investimentos em pesquisa e os consideráveis avanços científicos na biotecnologia, na neurociência e na ciência da computação têm feito com que alguns pesquisadores nessas áreas se considerassem legitimados para falar do mundo social. Por isso, é importante identificar o modo pelo qual pensam a “cultura” e a “comunicação” no processo de construção social das redes.

No entanto, não são poucos os pesquisadores que se sentem muito insatisfeitos com a transferência da lógica das redes “naturais” para a lógica das redes “culturais”. Isso ocorre porque apropriações desse tipo não se dão sem riscos, como observa Capra:

“Redes sociais são, antes de tudo, redes de comunicação que envolvem linguagem simbólica, restrições culturais, relações de poder etc.(...) Redes sociais, então, não são redes de reações químicas, mas redes de comunicações. Assim como redes biológicas, elas são autogenerativas, mas o que geram é imaterial. Cada comunicação cria pensamentos e significados, os quais dão origem a outras comunicações, e assim toda a rede se regenera. A dimensão do significado é crucial para entender as redes sociais. Mesmo quando geram estruturas materiais – tais como bens materiais, artefatos ou obras de arte –, essas estruturas materiais são muito diferentes daquelas produzidas pelas redes biológicas. Elas são comumente produzidas com um propósito, seguindo determinado *design*, e incorporam determinado sentido.(...)” (Capra, 2008 p. 22-23)

Jenkins (2009) tem demonstrado o mesmo desconforto com relação ao termo “viral” que, com frequência, é usado para explicar o modo de disseminação de dados pelas redes telemáticas. Muitos dos processos de produção de capital social e simbólico na rede (modos de produção de prestígio, autoridade, confiança etc.) não estão centrados em “distribuição” de dados, mas em complexas relações de interação, trocas simbólicas, mediadas por tecnologias dialógicas. Por isso, seria mais adequado falar de divulgação ou “espalhamento” (*spreadable*). Entre as traduções disponíveis, essas seriam as mais próximas do termo usado por Jenkins, pois disseminação ou propagação teriam ainda associações complicadas com a área da biotecnologia. Diversas vezes, Bourdieu (1996, 2000, 2001) chamou a atenção para o risco que essas incorporações implicam, pois, ao falarmos de sociedades humanas, somos sempre obrigados a desenvolver uma teoria da ação e uma teoria sobre a produção de significados (trocas simbólicas). Esse objetivo pode ficar completamente enviesado pelos pressupostos que aquelas metáforas trazem.³

³ É preciso lembrar que o sociólogo francês criticava uma apropriação que nem sequer tinha sido feita a partir das áreas citadas acima. Sua crítica concentrava-se nas conseqüências que a apropriação da lingüística

Sendo assim, o risco de cairmos em uma lógica infocêntrica não passou despercebida para alguns pesquisadores, que procuraram avaliar os problemas enfrentados pelo uso de mecanismos de monitoramento e gerenciamento de informações centrados em (ro)*bots* (“knowbots” p.ex. - muito usados pela *Amazon* p.ex. para monitorar o gosto dos seus usuários e oferecer-lhes sugestões de leitura). Assim:

“As dificuldades com os *bots* surgem porque a negociação humana é um processo intrincado que tende a manter um olho em externalidades, tais como o tecido social, bem como no objetivo imediato. Esse tecido social envolve elementos como capital social e confiabilidade, elementos esses que fazem com que as relações sociais e, inclusive, as relações de mercado sejam possíveis.” (Duguid&Brown, 2001 p. 41)

Diversas vezes, a visão infocêntrica concentra-se no problema da comunicação mediada pelas TIC’s de um modo equivocado, que repete uma série de erros cometidos nos estudos sobre tecnologias de comunicação monológicas, centradas na metáfora da “condução”. Para elas, as tecnologias de comunicação contêm, guardam, carregam ou transportam alguma coisa chamada “informação” de um modo monológico ou dialógico.

O problema não está na pesquisa sobre os sistemas de informação, mas no deslocamento da lógica desses estudos para as ciências humanas que pressupõe a produção de significados por meio da comunicação, isto é, por interações linguisticamente mediadas no interior de uma cultura. Esta questão é desenvolvida de um modo muito interessante por Canclini (2007) ao verificar que a convivência com as diferenças culturais e as desterritorializações devem ser pensadas a partir de uma lógica multicultural da rede e não como um produto espontâneo de tecnologias dialógicas. O que se pretende avaliar são as condições nas quais estão sendo produzidos os dispositivos sócio-técnicos contemporâneos (o que não pressupõe somente uma resposta “tecnológica”). Nesse sentido, é sempre bom lembrar dos problemas que certas apropriações causaram ao campo da comunicação, como no caso do modelo matemático produzido pelos engenheiros Claude Shannon e Warren Weaver para a Bell Labs. Por isso:

“No geral, parece correto perguntar: “onde está aquela informação?”, mas um tanto esquisito perguntar: “Onde está aquele conhecimento?” como se o conhecimento normalmente ficasse disposto ao redor esperando para ser coletado. Parece ser mais sensato perguntar: “Quem sabe aquilo?” (...) As pessoas tratam a informação como uma substância autônoma. A informação é algo que as pessoas coletam, possuem, passam para os outros, colocam em banco de dados, perdem, acham, anotam,

saussureana trouxe para os estudos antropológicos. Por isso, a partir dela, procurou construir uma teoria da prática.

acumulam, contam, comparam e assim por diante. Em contrapartida, o conhecimento não aceita tão amavelmente essas idéias de recebimento, transporte e quantificação. (Brown & Duguid, 2002 p. 106)

Na verdade, aqueles bens simbólicos que assumem a forma de documentos impressos ou registros audiovisuais não “transmitem” ou “carregam” alguma coisa, mas fazem muito mais do que isso. Eles definem os limites do que pode ser traduzido neles e o modo pelo qual devem ser lidos, a “validade” que têm e a dinâmica cultural que se construiu com e, até mesmo, contra eles. Eles nos falam dos modos pelos quais se integram a um conjunto de experiências (de produção, distribuição e consumo) e a uma rede de instituições que os legitimam de algum modo como as editoras, os críticos, as academias, escolas, as “comunidades” etc. (Freire, 1977, Bourdieu, 1996). Há uma série de “traços incidentais” que se tornam significativos nos “documentos” produzidos pelas sociedades humanas. Grupos sociais formam-se ao redor deles e novos ambientes de fruição ou interação são produzidos através de suas interfaces (Lévy, 2006).

A tecnologia e suas formas sociais

Esses documentos, essas interfaces, podem ser jornais, romances, boletins, panfletos, livros, programas de rádio e televisão (seus diversos gêneros) etc. e são, na verdade, os usos sociais de uma tecnologia que permitiu equacionar um problema fundamental para os projetos de construção da vida moderna: a mobilidade e a experiência do lar privatizado. São, justamente, esses projetos que estão sendo reconfigurados na sociedade contemporânea. Certamente, as tecnologias de informação e comunicação monológicas e dialógicas permitem que um “texto” possa ser convertido, armazenado ou distribuído como “informação” (que garanta, ao mesmo tempo, algum tipo de fixação e mobilidade a ele), mas é o sentido social que adquirem nas trocas sociais que o integram à vida social. Há um “contexto” em jogo:

A forma com que um autor ou editor apresenta fisicamente as informações, contando com os recursos fora da informação em si, transmite ao leitor muito mais do que a própria informação. O contexto não apenas fornece às pessoas o que deve ser lido; ele diz a elas como ler, onde ler, o que isto significa, o que é valioso e o por que isto importa. (...) A periferia do texto nos guia para o que é central. O contexto molda o conteúdo.

A palavra contexto é originária das palavras latinas *cum* (com) e *texere* (tecer) e, etimologicamente, sugere um processo de tecer em conjunto. (...) A facilidade, a disponibilidade e o entusiasmo pela informação frequentemente altera este ato de equilíbrio a favor da informação. Dessa forma, como observado no Capítulo 1, quando existirem problemas com a informação, a solução oferecida é normalmente

acrescentar mais informações. A história dos documentos e comunidades aponta para a outra direção – na direção de menos informações e mais contexto (...) (Brown& Duguid, 2002 p. 179)

Isso significa que o aumento significativo e constante de informações não produz, necessariamente, o conhecimento necessário para conferir sentido a elas. As informações dispersas e amplamente disponíveis pela rede devem ser articuladas em certos tipos de saberes, os verdadeiros articuladores de “constelações” de sentido. Os saberes e os poderes que sustentam essas constelações indicam a presença de certos dispositivos sócio-históricos, citados acima.

Levando em consideração essas questões, Benkler (2006) elabora uma das mais sofisticadas análises e defesa da rede, ao observar que a comunicação está no centro das condições de existência das relações sociais e que diferentes tipos de mediações tecnológicas possibilitam, na verdade, uma modificação nas diferentes formas sociais desses relacionamentos. Nesse sentido, a Internet possibilita trocas simbólicas na forma de texto, som, imagem, animação, simulação, que podem ser sincrônicas ou não, podem ser oferecidas nos mais diversos modos de interação (um-para-um, um-para-poucos, um-para-muitos, poucos-para-poucos e muitos-para-muitos), centradas em iniciativas e interesses os mais diversificados da parte dos usuários. Essas trocas simbólicas emergem de modo mais ou menos descentralizado, com novas modalidades de produção de hierarquias, estruturadas a partir da cultura de “linkagem” (produção de uma rede de vínculos mais ou menos densa entre textos, autores, leitores e colaboradores). Longe de ser pensada a partir de um determinismo tecnológico (infocêntrico) ou de um novo tipo de utopia milenarista, a nova topologia de trocas simbólicas em rede depende de uma cultura de participação e de compartilhamento orientada pelos mais diversos tipos de interesses e propósitos.

Esferas públicas interconectadas

Por exemplo, quando discutimos a possibilidade de surgimento de uma nova esfera pública interconectada, baseada na chamada “conversação civil”, isto pressupõe que os interlocutores não tenham apenas uma rede de comunicação dialógica para realizá-la, mas a disposição para se valer de argumentos racionais em um debate público e aberto, fazendo uso de uma linguagem não especializada em busca do entendimento sobre assuntos que devem ser reconhecidos de alguma forma como de interesse público (Habermas, 2003). A conversação

(comunicação) necessária para a construção da esfera pública não pode ser reduzida à simples liberdade de expressão ou disponibilidade ampla de informação, embora sejam condições fundamentais para exercê-las (Maia, 2002). Nesse sentido, as novas tecnologias de informação e comunicação anunciam, no entanto, algo que Habermas já havia observado em suas análises sobre a esfera pública burguesa: a produção de novos ambientes de debate público e a formação de uma série de produtores de bens simbólicos que não são, necessariamente, “profissionais” naquilo que fazem. Essas novas condições foram fundamentais para que surgisse um tipo de intermediário cultural importante do mundo moderno (e que hoje se encontra em crise): a figura do crítico literário (ou “árbitro das artes”).

A capacidade de produção, armazenamento e distribuição de informação associada a certos saberes possibilitam a formação de redes comunicacionais de apropriação e de interpretação bastante complexas. Elas criam novos espaços de produção e divulgação, e, lentamente, consolidam novas instâncias de legitimidade capazes de conferir certo “valor” ao que é produzido ali. Uma nova ecologia cognitiva é desenvolvida e um novo contexto de reconfigurações sócio-técnicas são experimentadas.

De certo modo, as TICs parecem anunciar a derrocada da antiga ordem social (a “era dos fins”), que pode ser identificada naquilo que Brown & Duguid (2001) chamaram de os seis “des”: desmassificação, descentralização, desnacionalização, desespacialização, desintermediação, desagregação. No entanto, se a natureza dessas transformações parece evidente o suficiente para não ser ignorada, é preciso não cair no erro de se pensar seu desenvolvimento de um modo linear e contínuo. Quando olhamos demais para frente, esquecemos de verificar o que acontece ao nosso lado, ou seja, ao centrar a análise das transformações do mundo contemporâneo no espaço da informação (uma abordagem infocêntrica) deixamos de apresentá-la como um espaço de produção de narrativas que dão sentido ao mundo dos dados. Um exemplo disso foi observado pelos pesquisadores ao analisarem o processo de produção de conhecimento entre os trabalhadores no setor de assistência técnica da Xerox (os *reps*). Eles constataram que, apesar de todas as tentativas para produção de banco de dados baseados na experiência coletiva desses trabalhadores, uma outra questão tornou-se fundamental na sua qualificação:

“A narração constitui um outro aspecto-chave, ainda que inesperado, da abordagem dos *reps*. O ato constante de contar histórias – sobre problemas e soluções, sobre desastres e êxitos, durante os cafés da manhã, almoços e nas horas do café – serve para várias finalidades coincidentes. (...) De forma geral, as pessoas contam histórias para tentar fazer com que diversas informações apresentem nexos. (...) Portanto, as

histórias são centrais ao aprendizado e educação, e elas permitiram que os *reps* aprendessem entre eles. (...) Para colaborar quanto ao compartilhamento de informações, você primeiramente terá de desenvolver uma estrutura de compartilhamento para as interpretações.” (Duguid & Brown, 2002 p. 95-96)

Ao contrário do que parece, o espaço de fluxos não substitui mecanicamente o espaço de lugares, mas integra-se a ele de modo complexo. O fluxo de informações depende, muitas vezes, de “vínculos laterais”, isto é, aprendemos ouvindo e vendo situações sendo resolvidas à nossa volta. Aprendemos compartilhando experiências em comunidade de apropriação e em comunidades de interpretação (Orozco, 2005). Muitas vezes, as reestruturações ocorridas nas empresas passam à margem da força desses tipos de conhecimento, pois são produzidos em relações informais de trocas de experiência. A flexibilidade e a criatividade encontrada nessas relações contrastam, muitas vezes, com a rigidez de informações contidas nos bancos de dados da empresa.

Ao considerarmos as redes sociais como “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada” (Souza & Quandt, 2008 p. 34) não devemos nos esquecer, também que: “Ao tratarmos o mundo como uma estrutura de redes (e, com certeza, uma ‘rede de redes’) podemos descobrir hierarquias complexas de poder, em vez de simples dados discretos.” (Wellman 1991 pp. 37)

Hibridismos: on-line/off-line

Finalmente, uma outra questão importante a ser considerada é a tentativa de desvincular o estudo das trocas simbólicas no ciberespaço de um conjunto mais amplo de relações sociais dos interagentes, o que impede que se entenda a complexa relação entre as práticas de vida on-line e off-line e a construção de identidades (Kendall, 1999). É o que também analisa Wertheim:

“Na visão de Turkle, o *eu* se torna um espécie de plastilina psíquica de total flexibilidade. O que essa visão falseia é a enorme carga de modelação e formação psicológica que é imposta a um indivíduo por sua criação, sua sociedade e seus genes. Essa modelação, que ocorre em grande parte quando somos muito jovens, não pode em geral ser destruída ou rearranjada senão mediante árduo e enorme trabalho psicológico. (...) Brincar de ser um esquilóide ou um Klingon, seja qual for seu valor genuíno, simplesmente não é uma experiência de mudança de identidade” (Wertheim, 2001 p. 182)

Sobre os mitos do ciberespaço, Wertheim (2001) observa que ele parece adequar-se a certo espírito universalista do cristianismo, potencialmente aberto aos pobres, ricos, desenvolvidos, em desenvolvimento, homens e mulheres, mas não faz qualquer consideração sobre os procedimentos éticos e espirituais necessários para ter acesso a esse mundo. Um dos poucos esforços necessários para o ingresso nessa nova ordem é o de pagar a taxa de acesso à tecnologia e à rede, mas, isso, paradoxalmente, não a tornaria completamente aberta a todos.

Diante da nova relação que passamos a estabelecer com os espaços públicos das cidades e a dificuldade que encontramos em nossos próprios relacionamentos, o novo espaço virtual é apresentado, então, como uma espécie panacéia simbólica. Sem dúvida, podemos estar juntos sem que certas características estéticas e étnicas, além da limitação física ou condição social, possam ser um fator de desqualificação ou impedimento para as trocas simbólicas, mas isso está um pouco longe da fartura de relacionamentos, conhecimentos, sensações, imagens, arquivos etc. que se associa ao ciberespaço.

O que Wertheim procura destacar nesse discurso é que o seu significado não pode ser creditado simplesmente ao surgimento ou disponibilidade de uma tecnologia, mas o seu engendramento a interesses e desejos intensos, que são colocados em ação, de alguma forma, por algum tipo de domínio que os agentes sociais adquirem com relação a essas tecnologias.

Sterne (1999) chama atenção justamente para o fato de que o uso da internet é parte do tecido social do cotidiano dos internautas e que seu uso social pressupõe sua integração ao modo de vida e as rotinas e exigências do mundo off-line. Do mesmo modo, pode interferir nele. O acesso às novas tecnologias de informação e comunicação podem ser as mais diversas possíveis para os mais diversos propósitos. Elas podem variar durante a semana e mesmo durante o próprio dia, de acordo com os ritmos da vida cotidiana familiar, escolar, profissional e o modo pelo qual essas práticas de relacionamento estão interconectadas àquelas tecnologias. Entender os usos sociais do ciberespaço a partir dos ritmos da vida cotidiana retoma a interconexão entre o mundo off-line e on-line e permitem pensar a complexidade da produção de novos ambientes que possam integrar a experiência da privatização móvel centrada no lar aos padrões de conectividade, mobilidade e controle das redes.

A partir das orientações de Raymond Williams, precisamos entender quais são os interesses que estão em jogo no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o modo pelo qual reestruturam as produções simbólicas e as estratégias e táticas (sociais, políticas, culturais) em meio às quais elas acabam por encontrar o seu “lugar” no conjunto das práticas cotidianas. Tratam-se de novos ambientes de realidade ampliada,

mobilidade, velocidade e capacidade de armazenamento e processamento que tornam o controle e administração dessa nova ordem uma tarefa não-humana, uma questão referente ao mundo de hibridismos pós-humano.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Chris. *A Cauda Longa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks*. New Haven; Yale University Press, 2006

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987

_____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996a

_____. *As Regras da Arte*. São Paulo; companhia das Letras, 1996 b

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Éditions du Seuil, 2000

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BROWN, John S., DUGUID, Paul. *A Vida Social da Informação*. São Paulo: Makron Books, 2001.

CANCLINI, Nestor G. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

CAPRA, Fritjof. Vivendo Redes. In: DUARTE, Fábio, QANDT, Carlos, SOUZA, Queila (orgs.) *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede – vol I*. São Paulo: paz e Terra, 1999

COSTA, Rogério da. Inteligência afluente e cibercultura. In: LEÃO, Lúcia (org.) *Derivas: cartografias do ciberespaço*. São Paulo; annablume, 2004.

DELEUZE, Giles. *Conversações*. São Paulo: editora 34, 1992

FEENBERG, Andrew. From Essentialism to Constructivism: Philosophy of Technology at the Crossroads. In: *Technology and the Good Life?* Eric Higgs, Andrew Light, and David Strong, editors. Chicago & London: University of Chicago Press, 2000.

GALLOWAY, Alexander R., THACKER, Eugene. *The Exploit*. Minneapolis; University of Minnesota Press, 2007

GARTON, Laura, HAYTHORNWAITE, Caroline, WELLMAN, Barry. Studying on-line social networks. In: JONES, Steve (ed.) *Doing Internet Research*. Thousand Oaks/California: Sage, 1999

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

_____. *Between Norms and Facts*. Cambridge/MA: MIT Press, 1996.

_____. *Racionalidade e Comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. *Direito e Democracia vol.II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

JENKINS, Henry. *Convergence Culture*. New York: New York University Press, 2006.

_____. *How Susan Spread and What it Means*.
http://www.henryjenkins.org/2009/04/how_sarah_spread_and_what_it_m.html acessado em 29/06/2009

LEÃO, Lucia (org.) *Derivas: cartografias do ciberespaço*. São Paulo: Annablume, Senac, 2004.

LEMOS, André. *Cibercultura*. 2.ed. Porto Alegre: Sulinas 2004

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da Inteligência*. 14ª reimpressão São Paulo: editora 34, 2006

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. 14ª reimpressão, Rio de Janeiro; Ed. 34, 2006
_____. *Cibercultura*. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008.

MAIA, Rousiley C. M. A democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA, Luiz Gonzaga et alii. *Estratégias e Culturas da Comunicação*. Brasília: UnB: Compôs, 2002.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres P.S. (orgs.) *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RHEINGOLD, Howard. *Smart Mobs: the next social revolution*. Cambridge/MA: Perseus, 2002

SCHUDSON, Michael. Por que a conversação não é a alma da democracia? In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado (orgs.) *A genealogia do virtual*. Porto Alegre; Sulina, 2004.

SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, Fábio, QANDT, Carlos, SOUZA, Queila (orgs.) *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008

STERNE, Jonathan. Thinking the Internet: Cultural Studies versus the Millennium In: JONES, Jones (ed) *Doing Internet Research*. Thousand Oaks/California: Sage, 1999

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998

WELLMAN, Barry. Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, Barry; BERKOVITZ, S.D. *Social structures: a network approach*. New York: Cambridge University Press, 1991

WILLIAMS, Raymond. *Television and Cultural Form*. London: Routledge, 1994

WERTHEIM, Margaret. *Uma História do Espaço: de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.